

O silêncio de Inês de Castro e a voz de Leonor Teles: Representações femininas nas crônicas de Fernão Lopes (Portugal – sécs. XIV e XV)

Mariana Bonat Trevisan*

RESUMO: Este artigo propõe uma análise comparativa acerca das distintas representações de Inês de Castro (1325-1355) e Leonor Teles (1350-1386) na obra de Fernão Lopes, cronista oficial da dinastia de Avis. As aias Inês e Leonor, assim como muitas nobres destinadas a servir às grandes mulheres da realeza, poderiam ocupar o aceitável lugar de mancebas dos reis. No entanto, Inês além de se tornar a predileta de D. Pedro I, fez com este acabasse tomando atitudes extremas em seu nome, tais como vingar-se duramente de seu assassinato e declarar ter se casado secretamente com a dama, legitimando os filhos da relação. Leonor, por sua vez, conseguiu ir adiante, casando publicamente com o rei D. Fernando, tornando-se rainha de Portugal e posteriormente regente. As mulheres mais importantes do final da Casa de Borgonha em Portugal possuem representações específicas nas crônicas de Fernão Lopes, funcionário da dinastia que botou fim a esta. As diferentes representações do feminino elaboradas pelo autor para as damas na *Crónica de D. Pedro I*, *Crónica de D. Fernando* e na primeira parte da *Crónica de D. João I*, refletem complexas relações entre gênero e poder no contexto português do período, procurar-se-á delinear e compreendê-las.

Palavras-chave: *Crônica régia, corte portuguesa, representações femininas.*

Os séculos XIV e XV foram marcados por profundas transformações sociais, políticas, econômicas e culturais. Eventos como as constantes epidemias de peste, as crises frumentárias, fomes, rebeliões camponesas e citadinas, a maior relevância dos poderes régios e principescos, uma maior difusão da linguagem escrita (sem que a oralidade tenha deixado de ser uma característica importante da sociedade) constituem um sumariado panorama desta baixa Idade Média¹. Com relação à maior afirmação do poder régio no período, Jacques Le Goff postula que o rei encontrava-se intimamente ligado à nobreza, porém, entre os nobres era o único a possuir caráter sagrado². O rei medieval tinha obrigações diante de Deus, da Igreja e de seus súditos, mesmo tendendo cada vez mais a centralizar seu poder. Uma das

* Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF), ligada ao *Scriptorium*- Laboratório de Estudos Medievais e Ibéricos. Realiza pesquisa no campo das relações entre gênero e poder, especificamente acerca das representações de Inês de Castro, Leonor Teles e Filipa de Lencastre nas crônicas de Fernão Lopes, sob a orientação da profa. Dra. Vânia Leite Fróes.

¹ Sobre este panorama, conferir: LE GOFF, J. **As Raízes Medievais da Europa**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2007.

² LE GOFF, Jacques. Rei. In: LE GOFF, J. & SCHMITT, J. C. (ed.). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. 2 v. Bauru/SP: EDUSC, 2002. v.2. p. 397.

principais responsabilidades do monarca era provar a paz e a justiça a seu reino³. Ao longo da Idade Média constituiu-se um ideal de rei culto e letrado, fato que coincidiu com um desenvolvimento administrativo e burocrático estatal⁴. Para Le Goff, a pretendida laicização do poder real é apenas o deslocamento da sacralização da Igreja para o Estado. O rei aos poucos tende a apropriar-se deste⁵.

Aliada à questão da afirmação régia, há a importância da corte como espaço do poder. Conforme Bernard Guenée, o rei era a fonte da justiça, mas as decisões políticas também passavam pelo parlamento, pelo conselho régio. A corte era uma escola para a formação dos funcionários reais, além disso, muito mais que um palácio, era também um conjunto de parentes, amigos, vassallos do rei. Mas acima de tudo, é preciso atentar para o que Guenée considera como a função principal da corte nos fins da Idade Média: a justificação e encenação do poder⁶. O rei e sua corte eram o modelo para todo o reino. Desta forma, os reis procuravam criar diferentes formas de legitimar seus reinados, suas dinastias, seus poderes cada vez maiores.

Neste sentido, verifica-se que os monarcas começam a cercar-se de funcionários para atingir esses fins. Guenée, em outro texto no *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, afirma que com a centralização régia e a burocracia administrativa em fins do medievo surge uma nova erudição, verificada, por exemplo, na figura dos escrivães de chancelaria. É dentro desta erudição que a história ganha um novo enfoque e função, muito diferente da monástica e conventual⁷. No entanto, para pensarmos a história como uma produção social e cultural na Idade Média é preciso contextualizá-la. Os critérios para a análise de uma obra medieval de caráter histórico, assim como de seu autor, não podem ser os mesmos que os para uma obra histórica atual ou um historiador contemporâneo. Como pondera Guenée, a obra histórica é o encontro de uma cultura, de um autor e de um público⁸.

É a partir destas considerações que podemos relacionar a especificidade da história produzida nos séculos finais da Idade Média. Ao longo do período medieval, cria-se a consciência de que a memória era frágil, fugaz, por isso confiava-se cada

³ Ibidem, pp. 400 e 401.

⁴ Ibidem, p. 408.

⁵ Ibidem, p. 412.

⁶ GUENÉE, Bernard. Corte. In: LE GOFF, J. & SCHMITT, J. C. (ed.). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. 2 v. Bauru/SP: EDUSC, 2002. v.1. pp. 277-279.

⁷ GUENÉE, Bernard. História. In: LE GOFF, J. & SCHMITT, J. C. (ed.). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. 2 v. Bauru/SP: EDUSC, 2002. v.1. pp. 524 e 525.

⁸ Ibidem, p. 525

vez mais à escrita o papel de preservar a lembrança do passado. Desta forma, a história no período serviria como instrumento para a memória, visando transmiti-la à posteridade a partir de um relato simples e verdadeiro. Porém, na Idade Média a história nunca foi uma disciplina completa e separada⁹. A forma amplamente considerada como o gênero histórico medieval por excelência é a crônica, relato que pretendia expor o passado a partir de uma cronologia de fatos relevantes.

No entanto, tratando do fim da Idade Média interessa-nos aprofundar a discussão referente a um tipo cronístico específico e característico deste momento: a crônica régia. Consoante Le Goff em toda a Cristandade (ainda antes dos séculos XIV e XV) desenvolveu-se grande atividade literária de crônicas em torno de figuras reais¹⁰. Com a relevante afirmação do poder monárquico da baixa Idade Média, os reis e as dinastias passam cada vez mais a serem objetos dos cronistas. Guenée cita a criação pelo rei Carlos VII do cargo remunerado de cronista oficial na França em 1437. Outros príncipes também criaram estes cargos e instituíram, a partir da crônica régia, uma espécie de história oficial¹¹. É o caso do rei português D. Duarte (1433-1438), que instituiu Fernão Lopes (1380-1459) na função de cronista régio em 1434 (inclusive antes da iniciativa de Carlos VII).

D. Duarte fez parte da chamada primeira geração da Dinastia de Avis, a qual foi fundada por seu pai, D. João I (1385-1433). Este fora um filho ilegítimo de D. Pedro I. O monarca Pedro tivera da infanta castelhana Constança Manuel (1318-1345) Fernando (1367-1383), o qual, após seu pai, foi o último monarca da Casa de Borgonha em Portugal. Já D. João, era filho de D. Pedro com Teresa Lourenço, mulher com a qual ele dormira após a morte de sua preferida, a amante Inês de Castro (1325-1355), da qual trataremos adiante.

A morte de D. Fernando, sem deixar um varão legítimo para o trono, gerou uma profunda crise no reino, o qual foi governado por um período pela mulher do rei, Leonor Teles, outra personagem crucial que analisaremos posteriormente. No entanto, o poder de Leonor não durou muito tempo, a oposição dos grupos insatisfeitos cresceu, aliada ao fato de que o reino poderia cair em mãos castelhanas pelo fato de a infanta Beatriz (filha de Fernando e Leonor) ser casada com o rei Juan I. Houve uma divisão entre os nobres que apoiavam Leonor e a infanta Beatriz, e

⁹ Ibidem, p. 526 e 527.

¹⁰ LE GOFF, Jacques. *Rei...* p. 412.

¹¹ GUENÉE, Bernard. *História...* p. 530.

outra parte da nobreza, insatisfeita, aliada aos homens das cidades e grande parte da população, os quais queriam a ascensão de D. João, o filho ilegítimo do rei D. Pedro, o qual havia sido feito por este Mestre da Ordem de Avis. A disputa assume o caráter de uma guerra contra a vizinha Castela, visando manter a integridade do reino português. A opção por D. João de Avis esteve relacionada à prisão de outro filho de D. Pedro pelo rei castelhano, o infante também João, mas filho do rei com sua amada Inês de Castro. Leonor Teles acaba pedindo auxílio ao genro castelhano, o qual, no entanto, acaba aprisionando-a em seu reino em dezembro de 1384. O caminho para a ascensão do Mestre de Avis foi possibilitado e este foi então escolhido novo rei de Portugal nas Cortes de Coimbra, em 1385. No mesmo ano, o rei castelhano foi vencido na batalha de Aljubarrota, batalha que se tornou legendária para os portugueses¹².

É desta forma que surge a Dinastia de Avis, iniciada por um bastardo régio após uma grave crise em Portugal e o enfrentamento do perigo castelhano. Para a consolidação desta casa real e sua justificação vários recursos foram lançados a partir de seu fundador. Vânia Fróes concebe a política de legitimação de Avis como o *discurso do Paço*, o qual incluía festas públicas, teatro, o surgimento de uma poesia cortesã, das crônicas e de uma prosa didático-moral dos monarcas avisinos¹³. A nomeação de Fernão Lopes para pôr em crônica os reinados dos reis de Portugal insere-se neste panorama discursivo e legitimador.

Fernão Lopes pode ser caracterizado a partir da categoria de *homem de saber*, enunciada por Jacques Verger para a compreensão da situação social de um grupo diferenciado de homens neste fim do período medieval. Pois, o cronista era um indivíduo que havia obtido ensino e cultura, mas ao mesmo tempo possuía compromissos com o poder estabelecido¹⁴. A trajetória deste homem que não provinha da nobreza, mas que conseguiu, através de seu saber e privança, ascender na corte portuguesa e angariar a confiança régia é ao mesmo tempo singular. Fernão Lopes começou em 1418 no cargo de tabelião-geral e Guardador das Escrituras do Arquivo da Torre do Tombo. Esta posição lhe exigia grande

¹² OLIVEIRA MARQUES, António H. de. **Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV**. Lisboa: Presença, 1987. pp. 523-530.

¹³ FRÓES, Vânia Leite. *Teatro como missão e espaço de encontro de culturas: estudo comparativo entre o teatro português e brasileiro do século XV*. Apud COSER, Miriam Cabral. **Política e gênero: o modelo de rainha nas crônicas de Fernão Lopes e Zurara** (Portugal – Séc. XV). Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003. p. 21.

¹⁴ VERGER, Jacques. **Homens e Saber na Idade Média**. Bauru, SP: EDUSC, 1999. p. 9.

responsabilidade (por guardar os segredos financeiros, diplomáticos e políticos da administração). Praticamente na mesma época foi nomeado escrivão de D. João I e de D. Duarte e, em 1437, escrivão da puridade¹⁵ junto ao infante D. Fernando. Foi nobilitado ainda em 1434, tornando-se *vassalo do rei*.

No mesmo ano, D. Duarte concedeu-lhe boa tença pelo trabalho de por em crônica as histórias dos reis de Portugal. Já em 1454, o cronista foi afastado da função na Torre do Tombo por estar “*mui velho e flaco*”, cinco anos depois da batalha de Alfarrobeira, da qual o infante D. Pedro, ao qual Fernão Lopes era bastante ligado (assim como fora com D. Duarte), saiu derrotado. Em 1450 o cargo de cronista já era de Gomes Eanes de Zurara. Saraiva considera da autoria de Fernão Lopes a *Crónica de Portugal de 1419*, a *Crónica de D. Pedro I*, a *Crónica de D. Fernando* e as duas primeiras partes da *Crónica de D. João I*. Já Damião de Góis atribui ainda ao cronista o que seria a terceira parte da *Crónica de D. João I* (a *Crónica da Tomada de Ceuta*), que teria sido apenas refundida por Zurara, além da *Crónica de D. Duarte*, redigida novamente por Rui de Pina¹⁶. Porém, tomaremos aqui somente a *Crónica de D. Pedro I*, a *Crónica de D. Fernando* e a primeira parte da *Crónica de D. João I*, as quais juntamente com a segunda parte desta última, constituem as obras de autoria lopeana confirmada.

Antes de adentrar nas obras em si e nos protagonismos femininos que pretendemos destacar, devemos pensar na cronística lopeana, enquanto um tipo de obra histórica e fruto de uma atividade literária específica do contexto. Sobre a relação entre história e literatura no período, Michel Zink aponta aspectos centrais, tais como a ambigüidade entre o escrito e o oral. A leitura das obras escritas quase sempre era em voz alta, destinada a um público, uma audiência. No entanto, apesar da importância da oralidade, só o escrito tinha autoridade¹⁷. Outro dado importante é o valor que as línguas vernáculas adquirem nos textos conforme a Idade Média avança, mesmo que o latim ainda figure em muitos casos. A literatura em verso, que predominou até o século XII, concorre a partir do XIII com os romances e crônicas em prosa. Zink atenta para o fato de que a prosa seria um discurso em linha reta

¹⁵ Conforme Susani França, o escrivão da puridade gozava da intimidade do monarca, tendo sido em princípio uma espécie de escriba particular que depois teve ampliado seu campo de atuação para os assuntos de Estado. In: FRANÇA, Susani **Os reinos dos cronistas medievais (século XV)**. São Paulo: Annablume, 2006. p. 40.

¹⁶ SARAIVA, António José. **O Crepúsculo da Idade Média em Portugal**. Lisboa: Gradiva, 1988. pp. 166 e 167.

¹⁷ ZINK, Michel. Literatura. In: In: LE GOFF, J. & SCHMITT, J. C. (ed.). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. 2 v. Bauru/SP: EDUSC, 2002. v. 2. p. 81.

que evitaria, segundo os proseadores medievais, os ornamentos fúteis e as contorções da versificação. Seria, portanto, o reflexo mais fiel do pensamento, expressão de verdades, servindo por tal motivo também à escrita da história. No fim da Idade Média, os textos em prosa tornam-se as formas privilegiadas da narração¹⁸. É exatamente neste ponto que se encontra o texto de Fernão Lopes. Conforme Saraiva, no prólogo da *Crónica de D. João I*, o cronista escreve que deseja escrever a verdade, sem outra mistura¹⁹. Teria interessado-se mais pela verdade nua que pela formosura das palavras. Esta preocupação também se relacionava ao método do cronista, característico de sua formação de tabelião, buscando pesquisar sempre documentação para comprovar os fatos. Porém o rigor documental, como observa Saraiva, não é e nunca foi sinônimo de objetividade histórica²⁰. O comprometimento com Avis, a inserção do cronista em seu momento histórico e grupo social dominante, para além da experiência subjetiva e pretensa imparcialidade de Fernão Lopes, é fundamental. Desta forma, destacamos que através de sua linguagem e de seu discurso o cronista produz uma imagem de seu mundo, da sociedade de seu período. E isto pode ser amplamente percebido nas representações de gênero criadas pelo cronista para as duas protagonistas femininas que iremos destacar.

Cabe agora ressaltar nossa posição quanto à noção de relações de gênero que compreendemos para este estudo, bem como as especificidades do uso da categoria para o período medieval. Primeiramente, partimos da proposição de Joan Scott, que define o gênero como a construção de saberes a respeito das diferenças sexuais, correspondente à organização inteiramente social da diferença sexual, que estabelece significados para as diferenças corporais perceptíveis²¹. Também tomamos as considerações da medievalista Andréia L. Frazão da Silva, a qual postula que os estudos de gênero estão atentos a como em diversas sociedades e momentos uma dada visão de gênero constituiu-se e impôs-se discursivamente para um grupo, apontando para a sua historicidade, verificando como ela se articulou às

¹⁸ Ibidem, p. 90 e 91.

¹⁹ Mesmo que em trecho anterior do prólogo tenha dito que o todos são determinados pela terra onde nasceram e se criaram. In: SARAIVA, António José. *Op. Cit.* p. 173 e 174.

²⁰ Ibidem, p. 175-177.

²¹ SCOTT, Joan W. Prefácio à Gender and Politics of History. In: **Cadernos Pagu**, Campinas, v.3, pp. 11-27, 1994. p. 13.

relações de poder²². Desta forma, o que buscamos aqui não é saber quem foram Inês de Castro e Leonor Teles, como um capítulo suplementar da História das Mulheres, mas procuramos sim tomá-las como referenciais a partir dos quais podemos compreender as relações entre representações de gênero e sua ligação com o poder político no período, ou seja, como um saber sobre a diferença sexual se articula a uma organização social mais ampla. Para encerrar esta ponderação conceitual, destacamos, consoante Christiane Klapisch-Zuber, a tarefa preliminar do historiador de se preocupar com as definições da diferença sexual elaboradas por uma dada sociedade e questionar de maneira crítica os suportes intelectuais e teóricos que fundamentam estas representações:

*“As tensões, as contradições do discurso, lhe revelarão as falhas de sua relação com a realidade. Ele será assim instigado a retomar sob um novo ângulo a discussão das relações entre a esfera das representações e o campo social.”*²³

A *Crónica de D. Pedro I*, obra do autor em que encontraremos a maior presença de Inês de Castro, foi a primeira a ser escrita da trilogia atribuída seguramente ao cronista português. Ela teria sido composta por volta do final do reinado de D. João e terminada no reinado de D. Duarte, antes de 1436, quando estaria preparando já a crônica do rei D. Fernando²⁴. O destaque do texto é a caracterização do modelo monárquico que Fernão Lopes atribui à D. Pedro, pai do Mestre de Avis: a imagem do rei justiceiro. Desta forma, os acontecimentos da crônica que trata dos dez anos de reinado deste (1357-1367) giram, principalmente, ao redor das ações e excentricidades do monarca. A justiça, feita muitas vezes pelas próprias mãos do rei, não privilegia estrato social ou gênero, atinge a todos.

Para a análise da personagem Leonor Teles a primeira fonte é a narrativa da *Crónica de D. Fernando*, que trata dos dezesseis anos do reinado do último representante de Borgonha em Portugal. Neste texto, temos um rei caracterizado por uma qualidade superficial: a beleza. A narrativa se centra nas guerras contra Castela e nas conseqüências que a pretensão de D. Fernando ao trono vizinho

²² SILVA, Andréia Lopes Frazão. da. Reflexões sobre o paradigma pós-moderno e os estudos históricos de gênero. In: **Brathair**, n. 8, v. 2, pp. 75-84, 2008. p. 80.

²³ KLAPISCH-ZUBER, Christiane. Masculino/feminino. In: LE GOFF, J. & SCHMITT, J. C. (ed.). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. 2 v. Bauru/SP: EDUSC, 2002. v. 2. p. 138.

²⁴ COSER, Miriam Cabral **Política e gênero: o modelo de rainha nas crônicas de Fernão Lopes e Zurara** (Portugal – Séc. XV). Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003. p. 33 e 34.

trouxe²⁵. Mas, além disso, um ponto fundamental para a caracterização de seu reinado foi o casamento com Leonor Teles, como analisaremos adiante.

A primeira parte da *Crónica de D. João I* contém trechos e informações importantes tanto para o estudo Leonor Teles, quanto para Inês de Castro, principalmente quando da exposição do discurso de João das Regras nas Cortes de Coimbra, um importante artifício retórico do cronista para a justificação de Avis. Esta parte inicial da crônica sobre D. João teria sido escrita durante a regência do infante D. Pedro, após a morte de D. Duarte, entre os anos de 1440 e 1448, tratando basicamente do período do interregno - da morte do Conde de Andeiro, suposto amante da regente Leonor Teles, até a aclamação do Mestre de Avis como rei de Portugal nas Cortes de Coimbra, em 1385. Conforme Miriam Coser, D. João é o personagem central, mas o verdadeiro herói é Nuno Álvares, representante da nova nobreza portuguesa que sairia vitoriosa com a ascensão de Avis²⁶.

Como pudemos observar até aqui, Inês de Castro e Leonor Teles estiveram presentes na história do final da Dinastia de Borgonha e ascensão de Avis em Portugal. As personagens, inicialmente, através de suas ligações com os monarcas D. Pedro e D. Fernando, respectivamente, influenciaram o contexto português da metade e fim do século XIV. Porém, na narrativa de Fernão Lopes no século XV, passaram a ter uma representação específica e serviram de modelo na legitimação avisina. A construção da imagem de Inês de Castro e de Leonor Teles pelo cronista partiu de concepções de gênero presentes no período, relacionando à atuação de Leonor e à participação indireta de Inês nos rumos políticos portugueses, recorrentes representações de características atribuídas ao feminino pela misógina sociedade medieval.

Inês de Castro viveu de 1325 a 1355 e era filha bastarda de Pero Fernández de Castro, personagem de grande importância na corte castelhana durante o reinado de Afonso XI. Atuava como aia na casa do nobre João Afonso de Albuquerque servindo à mãe deste. Inês seguiria na comitiva que conduziu a Portugal a infanta Constança Manuel, a qual iria se casar com o infante e futuro rei

²⁵ GUIMARÃES, Marcella Lopes. **Estudo das representações de monarca nas crônicas de Fernão Lopes (séculos XIV e XV): O espelho do rei: “Decifra-me e te devoro”**. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004. pp. 121, 122.

²⁶ COSER, Miriam Cabral. *Op. Cit.* p. 35.

Pedro I. No reino português, portanto, Inês de Castro atuaria como aia desta²⁷. Na corte portuguesa Inês acabaria se tornando amante do ainda infante Pedro. Constança morre prematuramente e o caso de Pedro e Inês ganha dimensões maiores, vindo a preocupar o pai e ainda rei de Portugal, Afonso IV, com relação aos filhos ilegítimos²⁸ deste envolvimento amoroso, os quais poderiam querer disputar o trono com seu neto legítimo, Fernando. Além disso, a influência dos irmãos de Inês, notadamente a de Álvaro de Castro, sobre Pedro também preocupava os conselheiros de Afonso IV, que temiam uma perda de influência no reino para a família dos Castro. Desta forma, o consenso entre o rei e os conselheiros foi o assassinato da dama, a fim de acabar com a ligação entre Pedro, futuro monarca português, e os castelhanos irmãos desta. Sendo assim, Inês foi morta em 1355, o que veio a gerar uma grande revolta em Pedro, o qual chegou até a provocar destruições em cidades do reino como sinal de revolta²⁹.

Na *Crónica de D. Pedro I* Inês é a personagem feminina mais citada, porém, observamos um dado importante: em nenhum momento o cronista lhe atribui um discurso, a dama não tem voz em suas crônicas e também não é caracterizada em seus atributos, diferente do que ocorrerá com Leonor Teles. Inês não possui um exatamente um perfil delineado na crônica, sempre é citada em relação ao monarca, aos descendentes que gerou com este, ou outras figuras masculinas. Seleccionamos alguns trechos que consideramos emblemáticos acerca deste silêncio, do lugar da dama na narrativa e dos possíveis significados mais amplos desta constatação.

Primeiramente ressaltamos, como também destacado por António Resende de Oliveira³⁰, o fato de que a crônica lopeana provocou alterações profundas na história de Inês de Castro e seu relacionamento com o rei D. Pedro. Na *Crónica Del Rey Don Pedro*, do castelhano Pero Lopez de Ayala, encontramos contradições essenciais com a de Fernão Lopes, o que surpreende pelo fato de ter sido a obra ayalina fonte para a composição lopeana. Na crônica do português temos a seguinte informação: “*elRei Dom Pedro a Dona Enes como se della namorou, seemdo*

²⁷ FERNANDES, Fátima Regina. . As potencialidades de aia na Baixa Idade Média. In: **Estudios de Historia de España**, Instituto de Historia de España, Universidad Catolica Argentina, Buenos Aires, VII (2005), p. 78.

²⁸ Os quais eram: D. João, D. Dinis e D. Beatriz de Castro. João teria nascido em meados de 1352, Beatriz à volta de 1354 e Dinis em 1355.

²⁹ FERNANDES, Fátima Regina. *Op. Cit.* pp.77-80.

³⁰ OLIVEIRA, António Resende. As vidas de D. Pedro e D. Inês de Castro na Historiografia Medieval Portuguesa. In: **Atas do VI Colóquio da Secção Portuguesa da Associação Hispânica de Literatura Medieval**, Coimbra, pp. 01-16, 2006. p. 9.

*casado e ainda lffamte, de guisa que pero dela no começo perdesse vista e falla*³¹. O cronista afirma o fato de que D. Pedro ainda era casado quando começou a se relacionar com Inês de Castro, fato que se contradiz com o texto de Ayala: *é teniala el Infante Don Pedro por quanto era muy fermosa, é aviale tomado despues que morió la Infanta Doña Costanza*³². A relação para Fernão Lopes já começara de forma ilegítima (mesmo que a mancebia dos reis fosse algo aceitável para o período). O segundo ponto, e o mais importante para a análise, é o relato da declaração de casamento secreto (conhecida como Declaração de Cantanhede, de 1360) feita por D. Pedro após o assassinato da dama e a morte de seu pai, Afonso IV. Observamos no capítulo XXIX (“Razones contra esto dalguns que hi estavom duvidamdo muito em este casamento”) como o autor constrói seu discurso de modo a colocar em grande dúvida a legitimidade do matrimônio do casal. Já no início, temos a reflexão que o cronista faz neste sentido [os grifos são nossos]:

[...] aquelles que de chaão e simpres emtemder eram, nom escodrinhamdo bem o teçimento de taaes cousas, ligeiramente lhe derom fé, outorgando seer verdade todo aquello que alli ouvirom. Outros mais sotiis demtender, leterados e bem discretos, que os termos de tal feito mui delgado investigarom, buscamdo se aquello que ouviram podia seer verdade, ou per o contrario; nom reçoerom isto em seus emtendimentos, pareçemdohe do todo seer uito contra razom. [...] o prudente homem que tal cousa ouve que sua razom nom quer conceber, logo se maravilha duvidando muito.³³

Percebe-se, portanto, como o autor usa um artifício retórico, classificando sutilmente quem não acreditava no relato de Cantanhede como “letrados” ou “prudentes homens”, atribuindo-lhes valor por isso. Em seguida, Fernão Lopes questiona de forma ainda mais profunda o fato de terem as testemunhas do casamento, e principalmente o monarca, esquecido a data exata do ato [os grifos são nossos]:

Nom quiserom comsemtir os antiigos, que nenhuum razoado homem, seemdo em sua saúde e emteiro s iso, se podesse delle tanto assenhorar o esqueeçimento, que toda cousa notável passada, sempre della nom ouvesse renembrança, allegando aquel claro lume da fillosophia de Aristotilles em huum breve trautado que disto compos. [...] Porem o da assiinado em que tal cousa aveo, nunca se tira de todo ponto que depois nom torne a nembrar compridamente, por que tal dia he da essemçia da renembrança, e o processo do tempo nom. E porem nom he cousa que possa seer, estamdo homem em sua saúde, que lhe cousa notavel esqueça, [...]diziam elles, que huum casamento tam notavel como este, e que

³¹ LOPES, Fernão. **Crónica de D. Pedro I**. Segundo o Códice n. 352 do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Introdução de Damião Peres. Porto: Livraria Civilização, 1965. (Biblioteca Histórica de Portugal e Brasil, Série Régia). Cap. XLIV, p. 200.

³² AYALA, Pero Lopez de. *Cronica Del Rey Don Pedro*. In: ROSELL, D. Cayteano. (Org.). **Crônicas de los reyes de Castilla, desde Alfonso el Sábio hasta los catolicos Don Fernando y Doña Isabel**. Madrid: Real Academia Española, 1953. Año Onceno (1360), Cap. XIV, p. 506.

³³ LOPES, Fernão. *Op. Cit.*, Cap. XXIX, p. 135.

tamta razooens tiinha pera ser nembrado, ouvessem em tam pequeno espaço desqueeçer assi aaquelle que o fez, como aos que foram presentes [...].³⁴

É neste extrato da fonte que observamos a profunda modificação da história de amor entre o Justiceiro e a Castro que Fernão Lopes faz. O cronista procura legitimar seu discurso à medida que insere uma discussão filosófica, citando até mesmo Aristóteles, sobre o esquecimento de D. Pedro de sua própria data de casamento, que, segundo o cronista, deveria ser fato da “essência da lembrança”, visto que não se tratava de um dia qualquer e sim de um dos principais da vida do monarca. Ao colocar consideravelmente em cheque a legalidade da relação de Pedro e Inês, o cronista cria uma nova versão.

Em momento seguinte no mesmo capítulo, Fernão Lopes compara a declaração do casamento de Pedro de Portugal e Inês de Castro, com a declaração de casamento de Pedro de Castela com sua amante Maria de Padilha. O cronista comete um equívoco ao dizer que o rei português queria parecer semelhante ao monarca castelhano no ato, pois a declaração de Pedro de Castela ocorre na Cortes de Sevilha de 1362, dois anos depois da de Pedro de Portugal. Mas retirar a legalidade do casamento de D. Pedro I de Inês de Castro seria fator importante na obra lopeana, que primordialmente se dirigia aos interesses da Dinastia de Avis. Para legitimar o reinado de D. João e, conseqüentemente, o de seus sucessores, o cronista não poderia focar a legitimidade da relação de Pedro e Inês, pois desta forma estaria também declarando serem os filhos destes os sucessores legítimos da coroa portuguesa e não o Mestre de Avis, filho de uma relação do monarca Pedro com uma amiga e não de um amor inserido dentro das normas e valores sociais. Por fim, Fernão Lopes encerra a questão matrimonial:

“Mas nos que nom por determinar se foi assi ou nom, como elles disserom, mas soamente por ajuntar em breve o que os antiigos notaram em escripto, posemos aqui parte de seu razoado, leixando carrego ao que isto leer que destas opinioens escolha qual quiser.”³⁵

Após um uso incessante de artifícios retóricos contrários à existência do casamento do Justiceiro e da Castro, o autor procura dar um tom de neutralidade no encerramento de seu capítulo, afirmando que deixa a cargo do leitor escolher a versão que melhor lhe prouver. Desta forma, Fernão Lopes sutilmente passa à

³⁴ Ibidem, pp. 136 e 137.

³⁵ Ibidem, Cap. XXIX, p. 139.

posteridade, conforme Maria do Rosário Ferreira, a negação do matrimônio³⁶, enfocando, como observaremos, o puro sentimento amoroso, estabelecendo a comum relação codificada no imaginário medieval do amor separado do vínculo matrimonial.

Outra temática presente na crônica fundamental para a caracterização de D. Pedro a partir de sua relação amorosa com Inês e que possui claras representações de gênero se refere à vingança que o rei trama contra os mentores do assassinato de sua amada. O tema está presente em dois capítulos da crônica, o primeiro é o XXX - “Como os reis de Purtugal e de Castella fezerom amtre si aveenças que entregassem huum ao outro alguuns, que amdavom seguros em seus Reinos”. O cronista inicia com um julgamento moral contra a atitude de D. Pedro I de trocar prisioneiros com D. Pedro I de Castela, pois o rei de Portugal não se manteve fiel à sua própria verdade, sendo capaz de atitude indigna como esta [os grifos são nossos]:

ouveram as gentes por mui gram mal huum muito davorreçer escambo, que este ano antre os Reis de Purtugal e de Castella foi feito; em tanto que posto que escripto achemos delRei de Purtugal que a toda gente era mantenedor de verdade, nossa teemcom he nom o luvar mais; pois contra seu juramento foi comsentidor em tam fea cousa como esta.³⁷

O rei, no exagero de seu amor por Inês, ao querer vingá-la cometeu excessos muito graves, o que vem a coincidir, quando nos lembramos de uma noção do imaginário medieval: o homem não deveria dedicar tanto amor a uma mulher, o sentimento amoroso masculino em desmedida poderia gerar conseqüências graves, o homem diferentemente da mulher deveria manter sua racionalidade, a qual naturalmente já seria superior à de sua companheira³⁸.

Na descrição da vingança, D. Pedro manda lhe trazerem cebola e vinagre para a carne de coelho que iria comer, mandando também que matassem os dois conselheiros na sua frente. A estranheza e crueza da cena descrita por Fernão Lopes gerou diversas repercussões em temas literários, pois o rei enquanto comia, mandou matar de forma exageradamente cruel Pero Coelho e Álvaro Gonçalves [os grifos são nossos]:

³⁶ FERREIRA, Maria do Rosário. Onde está Inês posta em sossego? In: **Atas do VI Colóquio da Secção Portuguesa da Associação Hispânica de Literatura Medieval**, Coimbra, pp. 1-11, 2006. Disponível em: <http://www.seminariomedieval.com/outras_pub_online/FERREIRA_INES_DE_CASTRO.pdf>.. p. 10.

³⁷ LOPES, Fernão. *Op. Cit.*, Cap. XXX, p. 141.

³⁸ VECCHIO, Silvana. A boa esposa. In: DUBY, G. & PERROT, M. **História das mulheres no Ocidente - A Idade Média**. Porto: Afrontamento, 1990. v. 2.. pp. 150 e 151.

A maneira de sua morte, seemdo dita pelo meudo, seria mui estranha e crua de comtar, ca mandou tirar o coração pellos peitos a Pero Coelho, e a Alvorio Gomçallvez pellas espadoas; e quaaes palavras ouve, e aquel que lho tirava que tal officio avia pouco em costume, seeria bem doorida cousa douvir, emfim mandouhos queimar; e todo isto feito ante os paaços omde el pousava, de guisa que comendo oolhava quamto mandava fazer. Muito perdeo elRei de sua boa fama por tal escambo como este [...]³⁹.

Como conclusão deste tema, percebemos como o cronista português se utiliza de um relato repleto de uma carga emocional negativa de crueza para destacar um ponto negativo de D. Pedro: a vingança imoral pelo amor desmedido à Inês de Castro; pois um mau monarca era aquele que ia contra sua própria verdade. D. Pedro teria sido injusto ao matar aqueles homens, desprezando a justiça que tanto prezava. Inês, novamente não é protagonista, seu papel é indireto, mas ela atua como a mulher que fazia o rei perder a razão e renunciar até mesmo seu maior valor.

Por fim em nossa análise sobre Inês de Castro, chegamos ao tema final da sua presença no relato lopeano: o tema do amor que o monarca lhe devotou, mote do grande mito criado em torno da personagem posteriormente. Curiosamente, este motivo é escolhido para encerrar a *Crónica de Dom Pedro I*, no capítulo final XLIV - "Como foi trelladada Dona Enes pera o mosteiro Dalcobaça, e da morte del Rei Dom Pedro". O autor faz uma profunda reflexão sobre o amor de Inês e Pedro, encaixando-o com o acontecimento da morte de D. Pedro, também descreve a construção dos túmulos que o monarca mandou construir para os dois em Alcobaça, enunciando as provas de amor que o monarca fez para sua amada desde que dela se enamorou até a morte dele. No início do capítulo se encontra a descrição bastante conhecida do relato lopeano sobre o sentimento amoroso do monarca pela aia [os grifos são nossos]:

Por que semelhante amor, qual el Rei Dom Pedro ouve a Dona Enes, raramente he achado em alguuma pessoa, porem disserom os antiigos que nenhuum he tam verdadeiramente achado, como aquel cuja morte nom tira da memória o grande espaço do tempo[...]; mas fallemos daquelles amores que se contam e leem nas estorias, que seu fumdamento tem sobre verdade. Este verdadeiro amor ouve elRei Dom Pedro a Dona Enes como se della namorou, seemdo casado e aimda lffamte, de guisa que pero dela no começo perdesse vista e falla., seemdo alomgado, como ouvistes, que he o principal aazo de se perder o amor, numca çessava de lhe enviar recados, como em seu logar teemdes ouvido. Quanto depois trabalhou polla aver, e o que fez por sua morte, e quaaes justicas naquelles que em ella foram culpados, himdo contra seu juramento, bem he testemunho do que nos dizemos.⁴⁰

³⁹ LOPES, Fernão. *Op. Cit* p. 149.

⁴⁰ *Ibidem*, Cap. XLIV, p. 199 e 200.

Neste excerto podemos observar vários aspectos do discurso de Fernão Lopes, o qual, apesar de colocar a negação do casamento entre Pedro e Inês, parece ter sido cativado pela sorte da dama⁴¹. O amor-paixão (fora do âmbito da legitimidade matrimonial) de D. Pedro é exaltado pelo cronista, pois o rei não teria tirado Inês de sua memória e este amor teria, portanto, fundamento na verdade. A mulher que no começo alterava o equilíbrio do monarca, tirando-lhe até mesmo a fala, foi motivo de ações de D. Pedro que geraram consequências graves no reino, como as “justiças” que o monarca mandou fazer aos conselheiros de Afonso IV.

Ao descrever os túmulos que D. Pedro mandou construir em Alcobaça, o cronista destaca as honrarias que o monarca concedeu àquela que desejava como sua rainha legítima [os grifos são nossos]:

[...] mandou fazer huum muimento dalva pedra, todo mui sotillmente obrado, poemdo emlevada sobre a campãa de çima a imagem della com coroa na cabeça, como se fora Rainha; e este muimento mandou poer no moesteiro Dalcobaça, nom aa emtrada hu jazem os Reis, mas demtro na egreja ha maão derecha, açerca da capella mor. E fez trazer seu corpo do mosteiro de Samta Clara de Coimbra, hu jazia, ho mais homradamente que se fazer pode [...].⁴²

Fernão Lopes ainda ressalta que este foi o mais honrado traslado visto até aqueles dias em Portugal, elevando a importância que o rei concedeu à dama. Em seguida, aborda a herança que D. Pedro deixou aos filhos que teve com Inês de Castro e por fim a morte do rei depois de dez anos de reinado, sendo ao final enterrado junto da amada em Alcobaça. A crônica é encerrada com a seguinte frase: *“E diziam as gentes que taaes dez annos nunca ouve em Purtugal, como estes que reinara elRei Dom Pedro.”*⁴³. A impressão dada ao monarca justiceiro por Fernão Lopes ao final do texto acaba por ser positiva, colocando o reinado em um balanço geral favorável. O amor devotado à Inês na visão exposta pelo cronista era ilegítimo em termos matrimoniais, no entanto, o autor opta ao final de seu texto por destacar a sinceridade do sentimento. A mulher que realmente fora legítima de D. Pedro, Constança, é esquecida, morreu cedo após um parto. Já sua aia, apesar de morrer precocemente também, permanece tanto na memória do rei quanto no relato de Fernão Lopes como a mulher mais importante do período de vida do monarca. O encerramento poético da obra lopeana acaba por retirar o foco de questões políticas

⁴¹ OLIVEIRA, António. Resende de. Op. Cit. p. 9.

⁴² LOPES, Fernão. Op. Cit., Cap. XLIV, p. 200.

⁴³ Ibidem, p. 202.

que envolveram o governo de D. Pedro e principalmente de questões sucessórias que envolveriam os filhos de Inês com o monarca (João e Dinis) e D. João, Mestre de Avis, filho que teve com a amiga D. Teresa. Afinal, quem ganhou a disputa foi o fundador da Casa de Avis, a despeito da influente comoção que existia em Portugal a respeito da trágica história entre Pedro e Inês. Fernão Lopes, como funcionário da dinastia avisina, não poderia chamar a atenção para a questão política do conflito entre os sucessores do rei justiceiro.

Seguindo para a análise da personagem Leonor Teles, destacamos primeiramente que esta era filha de Martim Afonso Teles, do importante ramo dos Teles de Menezes. Leonor torna-se por intervenção do tio, João Afonso Teles, aia da infanta Beatriz (filha de Inês de Castro com Pedro I) e é na casa desta que conhece o rei Fernando⁴⁴, sendo já casada com João Lourenço da Cunha e tendo um filho. Consoante Miriam Cabral Coser, a figura de Leonor será representada por Fernão Lopes de forma negativa, associada à Eva, modelo oposto ao mariano evocado na Idade Média⁴⁵. Desta forma, a rainha que se torna regente após a morte do rei será deslegitimada no discurso lopeano, financiado por Avis, dinastia que se ergueu após a fuga de Leonor Teles para Castela. Em imagem diversa à de Inês de Castro, Leonor não foi destacada no âmbito do amor que viveu com um monarca português, pois Fernão Lopes garantiu a regente um dos lugares mais odiados na história portuguesa, com influências na historiografia até o século XX, conforme ressaltou Coser⁴⁶.

A Leonor Teles que aparece na *Crónica de D. Fernando* e na primeira parte da *Crónica de D. João I*, de Fernão Lopes, é uma personagem feminina completamente diferente da silenciosa Inês de Castro. Sua voz é tomada muitas vezes em discurso, sua atuação social e política é direta e por isto, também, mais nefasta⁴⁷. Pois como ressaltou Ana Rodrigues Oliveira, quanto maior a visibilidade feminina e maiores os poderes de uma mulher, maiores são os perigos para o reino,

⁴⁴ Apresentado por Fernão Lopes inicialmente como mulherengo, volúvel e destemperado em matéria de amores, pois levantou-se suspeita de incesto com a meia-irmã Beatriz. In: COSER, Miriam Cabral. *Op. Cit.*, p. 104

⁴⁵ *Ibidem*, pp. 29, 30.

⁴⁶ *Ibidem*, p. 12.

⁴⁷ Conforme Carlos Roberto Nogueira, a presença da mulher na história medieval portuguesa seria nefasta, pois são ressaltadas as mulheres que constituem ameaça direta à sobrevivência do território português e a sua incorporação ao hegemônico reino de Castela. In: NOGUEIRA, Carlos Roberto F. *Amor de Perdição: As mulheres entre a monarquia e o poder aristocrático no Portugal do século XIV*. In: MEGIANI, A. P. T.; SAMPAIO, J. P. (Orgs.) *Inês de Castro: A época e a memória*. São Paulo: Alameda, 2008. p. 43.

conforme as representações medievais⁴⁸. Isto se relaciona à imagem medieval inversa, a da mulher virtuosa: tutelada pelo homem e contida nas palavras, obediente e não interveniente nos assuntos públicos, ou seja, o contrário da representação que Fernão Lopes irá conferir para Leonor, a *aleivosa*.

O casamento oficial de Leonor com D. Fernando aconteceu em 1372 e contrariou interesses políticos, pois já existia acordo matrimonial do rei com Leonor, filha do rei de Castela, Henrique II. O casal teve apenas uma filha, Beatriz, dada aos 12 anos em casamento ao rei castelhano D. João (1379-1390)⁴⁹. Da *Crónica de D. Fernando*, ressaltamos primeiramente o seguinte trecho [os grifos são nossos]:

“Ca pois que os antigos derom por doutrina, que ho Rei na molher que ouvesse de tomar, principalmente devia desguardar nobreza de geeraçom, mais que outra alguuma cousa, que aquel que comtrario desto fazia, nom lhe vijinha de boom siso, mas de samdice, [...] e pois que elRei Dom Fernando leixava filhas de tam altos Reis, com que lhe davam grandes e homrrosos casamentos, e tomava Dona Lionor [...]”⁵⁰.

Novamente, Fernão Lopes apóia-se na autoridade e sabedoria dos “antigos” para afirmar que os reis deveriam casar com mulheres de nobre geração, sendo que foram propostos a D. Fernando casamentos honrosos com filhas de importantes reis. A paixão não faz parte da razão e o rei enamorado só pode cometer atos sem juízo. O casamento com Leonor, assim como os desvarios de amor de seu pai por Inês de Castro, é colocado no âmbito da sandice, sendo que a loucura teria sido conduzida por uma mulher, a qual teria “enfeiticado” o rei Fernando: “*huu tam boom rrei como elle por huua maa molher que o tinha enfeiticado*”⁵¹. O valor negativo da feitiçaria é atribuído à Leonor Teles, colocado através de um discurso da arraia-miúda comandada por Fernam Vasquez e dirigido ao rei. Além disto, podemos perceber como a figura da rainha traz conflito para o reino - prejudicando a ordem social, pelo descontentamento da população – e a diplomacia, pela insatisfação do rei de Castela, que teve o casamento do monarca português com sua filha rejeitado.

Da semelhança do destempero dos reis nos amores e da má influência de Inês de Castro e Leonor Teles nos rumos do reino partimos para um ponto de diferenciação fundamental entre Inês de Castro e Leonor Teles: a participação direta

⁴⁸ OLIVEIRA, Ana Rodrigues. **As representações da mulher na cronística medieval portuguesa (sécs. XII a XIV)**. Cascais: Patrimonia Historica, 2000. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, em 1997. p. 37.

⁴⁹ COSER, Miriam Cabral. *Op. Cit.*, p. 11.

⁵⁰ LOPES, Fernão. **Crónica de D. Fernando**. 4ª Edição integral. Introdução de Salvador Dias Arnaut. Porto: Livraria Civilização, 1979. (Biblioteca Histórica de Portugal e Brasil, Série Régia). Cap. LXIII (“Razões desvairadas, que alguuns fallavam sobre o casamento delRei Dom Fernando”), p. 168.

⁵¹ LOPES, **Crónica de D. Fernando...** Cap LX, p. 162.

no poder e a presença de voz. Leonor, ainda em vida de D. Fernando, influencia nos assuntos públicos, fato que pode ser verificado inclusive no título de um dos capítulos da crônica (LXV): “*Como a Rainha Dona Lionor casou alguns fidalgos do reino, e do acreçentamento que fez em outros de seu linhagem*”⁵². Uma passagem importante demonstra como ela possuía vontade própria, tal trecho se refere ao perdão que Fernando e Leonor concederam à D. João de Castro (filho de Inês de Castro e D. Pedro I), depois de ele ter matado sua mulher, D. Maria, irmã de Leonor Teles (conforme a visão do cronista, por acusação maliciosa de adultério à irmã pela própria Leonor):

*“[...] e a Rainha avia desto muj pouca voomtade, nom embargando que a irmã fosse já morta, poor que a Ella era grande empacho viver o lffante em Portugal, veemdo elRei cada dia mais adoorado, e temiasse que falleçendo per mote, que fosse o lffante, logo levantado por Rei,[...]”*⁵³.

A passagem exposta acima trata da vontade que Leonor tinha de casar sua filha Beatriz com o rei de Castela, pois caso ela casasse com o infante D. João de Castro e D. Fernando viesse a falecer, havia sério perigo de ela ser desbancada de sua posição de rainha e de seu poder, visto que o infante era bem querido pelos portugueses e viria a se tornar rei de Portugal através de Beatriz.

Sobre a presença da voz da rainha na crônica, há um dado muito relevante no capítulo CLXIX (“Como elRei Dom Fernamdo mandou a Castella receber as menagens, por razom dos trautos; e quaaes pessoas foram as que as fizeram”). Leonor pergunta ao Mestre de Avis o que ele achava do rei castelhano, D. João afirma que para ele o rei parecia ser bom cavaleiro e de bom juízo em suas ações, Leonor então responde o que ela própria achara: “*mas porem de mim vos digo, que o homem queria eu que fosse mais homem*”⁵⁴. Além de se expressar claramente, a rainha ainda ousa questionar os atributos de masculinidade de D. Juan de Castela.

Após a morte de D. Fernando em 1383, estando Beatriz casada com o rei castelhano e ainda sem filho varão em idade suficiente, Leonor se torna a regente de Portugal, governando como um rei, conforme Fernão Lopes: “[...] *como tem husança de fazer huu rrei quando novamente começa de rregnar, [...]*”⁵⁵. A rainha começa a se ditar nas cartas régias como “*Dona Lionor pella graça de Deos Rainha,*

⁵² LOPES, Fernão. *Crônica de D. Fernando...* p. 171.

⁵³ Ibidem, Cap. CIV, p. 286.

⁵⁴ Ibidem, Cap. CLXIX, p. 465.

⁵⁵ Ibidem, Cap. CLXXIII, p. 477.

Governador, e Regedor dos Regnos de Portugal e do Algarve".⁵⁶ Podemos depreender como a personagem vai ganhando atributos comumente associados somente ao masculino, principalmente quanto ao uso do poder. Leonor Teles mais uma vez é o oposto da silenciosa e parca imagem de Inês de Castro.

Na *Crónica de D. João I* encontramos outros elementos cruciais da representação da personagem a partir da relação dos aspectos de gênero e do poder político e social da rainha:

*"Foi mulher mui emteira e de coração cavalleiroso, buscador de maravillosas artes, por firmeza de seu estado. Dês que Ella rreinou, a apremderom as mulheres a teer novos geitos com seus maridos, e as mostranças dhuua cousa por outra mais perfeitamente do que sse acha nos amçiaãos tempos, que outra rainha de Portugal fezesse"*⁵⁷

Conforme Miriam Coser, evidencia-se aqui o perfil único de Leonor Teles entre as mulheres descritas por Fernão Lopes. Ela possui coragem e firmeza, características essencialmente masculinas, louváveis nos homens, mas impróprias para uma mulher. Além disso, ela seria mau exemplo para as mulheres no trato com os maridos, pois havia a forte suspeita de ela ter tomado o Conde de Andeiro como amante, sendo dissimulada perante o marido e a corte⁵⁸.

Por fim, destacamos o discurso proferido por João das Regras ("letrado em leis") nas Cortes, que procurou provar que Beatriz não seria legitimamente herdeira do trono português:

*"Hora veede como podia seer sua mulher lidema, e os filhos taaes que podessem e devessem herdar, que casava com mulher casada, sabemdo bem que era seu divedo em tam chegado parentesco? [...] Ainda mais venho a outra rrazom, [...] toda mulher que he enfamada que faz maldade a seu marido, e desto he publica voz e fama, que os filhos della naçem, o direito presume e ha por sospeitos, que podem seer nom de seu marido;"*⁵⁹

Através deste discurso, Fernão Lopes questiona tanto D. Fernando por ter casado com mulher já casada e que lhe tinha também grau de parentesco, quanto Leonor, por sua má conduta com o marido, colocando suspeitas sobre a legitimidade da descendência. Da mesma forma, é questionado neste mesmo discurso o casamento de Inês de Castro e D. Pedro I, buscando retirar a legitimidade dos infantes filhos da relação: "[...] numca ell pode aver despemssaçom do Papa que lhe

⁵⁶ Idem.

⁵⁷ LOPES, Fernão. *Crónica de D. João I*. Segundo o Códice n. 352 do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Introdução de Humberto Baquero Moreno. Prefácio de António Sérgio. Porto: Livraria Civilização, 1949. (Biblioteca Histórica de Portugal e Brasil, Série Régia). v. 1. Cap. XV, p. 36

⁵⁸ COSER, Miriam Cabral. *Op. Cit.*, p. 120.

⁵⁹ LOPES, Fernão. *Crónica de D. João I...*, Cap. CLXXXIV, p. 397.

*legitimasse os filhos;*⁶⁰. Infantes estes, concorrentes do Mestre de Avis na sucessão do trono que estava vago.

Procuramos compreender aqui as relações entre as representações de Inês de Castro e Leonor Teles nas crônicas de Fernão Lopes e as questões que marcaram o contexto social e político que motivaram a composição de tais obras. As representações de gênero, que se associam tanto às características dos reis quanto das mulheres (no caso de Inês o que verificamos foi um silêncio quanto a isto), mostram subversões das identidades ideais associadas ao feminino e ao masculino no período: Inês faz Pedro perder a razão e renunciar ao estimado dom da justiça correta, Pedro, por sua vez, não controla suas paixões, ao contrário do que caberia a um homem e principalmente a um rei. Leonor enfeitiça e desonra Fernando, este é rendido pela loucura e chega a dar para a mulher o direito de governar em seu nome. Pedro quase chega a ser um contra-modelo de rei, mas ao final da crônica, o reinado do pai do Mestre de Avis é louvado. Já D. Fernando é um anti-modelo régio, pior que ele, só sua Leonor, tudo o que uma rainha não deveria ser. Inês de Castro e Leonor Teles, silêncio e palavra. Acima de tudo, as representações do perigo da mulher na perdição dos homens, no rompimento da harmonia entre as famílias da nobreza com a realeza portuguesa e no risco da pretensão castelhana ao trono de Portugal.

REFERÊNCIAS:

Fontes documentais:

AYALA, Pero Lopez de. *Cronica Del Rey Don Pedro*. In: ROSELL, D. Cayteano. (Org.). **Crônicas de los reyes de Castilla, desde Alfonso el Sábio hasta los catolicos Don Fernando y Doña Isabel**. Madrid: Real Academia Española, 1953.

_____. **Crónica de D. Pedro I**. Segundo o Códice n. 352 do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Introdução de Damião Peres. Porto: Livraria Civilização, 1965. (Biblioteca Histórica de Portugal e Brasil, Série Régia).

_____. **Crónica de D. Fernando**. 4ª Edição integral. Introdução de Salvador Dias Arnaut. Porto: Livraria Civilização, 1979. (Biblioteca Histórica de Portugal e Brasil, Série Régia).

⁶⁰ Ibidem, Cap. CLXXXVI, p. 407.

_____. **Crônica de D. João I.** Segundo o Códice n. 352 do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Introdução de Humberto Baquero Moreno. Prefácio de António Sérgio. Porto: Livraria Civilização, 1949. (Biblioteca Histórica de Portugal e Brasil, Série Régia). v. 1.

Bibliografia geral:

COSER, Miriam Cabral. **Política e gênero: o modelo de rainha nas crônicas de Fernão Lopes e Zurara** (Portugal – Séc. XV). Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.

FERNANDES, Fátima Regina. As potencialidades de aia na Baixa Idade Média. In: **Estudios de Historia de España**, Instituto de Historia de España, Universidad Católica Argentina, Buenos Aires, VII (2005), pp.77 - 96.

FERREIRA, Maria do Rosário. Onde está Inês posta em sossego? In: **Atas do VI Colóquio da Secção Portuguesa da Associação Hispânica de Literatura Medieval**, Coimbra, pp. 1-11, 2006. Disponível em: <[http://www.seminariomedieval.com/outras_pub_online/FERREIRA INES DE CASTRO. pdf](http://www.seminariomedieval.com/outras_pub_online/FERREIRA_INES_DE_CASTRO.pdf)>. Acesso em: 20/12/08.

GUENÉE, Bernard. Corte. In: LE GOFF, J. & SCHMITT, J. C. (ed.). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. 2 v. Bauru/SP: EDUSC, 2002. v.1.

_____. História. In: LE GOFF, J. & SCHMITT, J. C. (ed.). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. 2 v. Bauru/SP: EDUSC, 2002. v.1

GUIMARÃES, Marcella Lopes. **Estudo das representações de monarca nas crônicas de Fernão Lopes (séculos XIV e XV): O espelho do rei: “Decifra-me e te devoro”**. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

LE GOFF, Jacques. **As Raízes Medievais da Europa**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2007.

_____. Rei. In: LE GOFF, J. & SCHMITT, J. C. (ed.). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. 2 v. Bauru/SP: EDUSC, 2002. v.2

KLAPISCH-ZUBER, Christiane. Masculino/feminino. In: LE GOFF, J. & SCHMITT, J. C. (ed.). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. 2 v. Bauru/SP: EDUSC, 2002. v. 2.

NOGUEIRA, Carlos Roberto F. *Amor de Perdição: As mulheres entre a monarquia e o poder aristocrático no Portugal do século XIV*. In: MEGIANI, A. P. T.; SAMPAIO, J. P. (Orgs.) **Inês de Castro: A época e a memória**. São Paulo: Alameda, 2008.

OLIVEIRA, Ana Rodrigues. **As representações da mulher na cronística medieval portuguesa (sécs. XII a XIV)**. Cascais: Patrimonia Historica, 2000. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, em 1997.

OLIVEIRA, António Resende. As vidas de D. Pedro e D. Inês de Castro na Historiografia Medieval Portuguesa. In: **Atas do VI Colóquio da Secção Portuguesa da Associação Hispânica de Literatura Medieval**, Coimbra, pp. 01-16, 2006. Disponível em: <[http://www.seminariomedieval.com/vidas de pedro e ines de castro.pdf](http://www.seminariomedieval.com/vidas_de_pedro_e_ines_de_castro.pdf)>. Acesso em: 20/12/08.

OLIVEIRA MARQUES, António Henrique de. **Portugal na Crise dos séculos XIV e XV**. Lisboa: Presença, 1987.

SARAIVA, António José. **O Crepúsculo da Idade Média em Portugal**. Lisboa: Gradiva, 1988.

SCOTT, Joan W. Prefácio à Gender and Politics of History. In: **Cadernos Pagu**, Campinas, v.3, pp. 11-27, 1994:

SILVA, Andréia Lopes Frazão. da. Reflexões sobre o paradigma pós-moderno e os estudos históricos de género. In: **Brathair**, n. 8, v. 2, pp. 75-84, 2008.

ZINK, Michel. Literatura. In: In: LE GOFF, J. & SCHMITT, J. C. (ed.). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. 2 v. Bauru/SP: EDUSC, 2002. v. 2.